

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AgRg no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.301.935 - DF  
(2012/0000029-0)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**EMBARGANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESCOLAS  
PUBLICAS NO DISTRITO FEDERAL**  
**OUTRO NOME : SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO  
ESCOLAR NO DISTRITO FEDERAL - SAE**  
**ADVOGADOS : MARCOS LUÍS BORGES DE RESENDE E OUTRO(S) -  
DF003842**  
**NATALIA SOUZA DOS SANTOS E OUTRO(S) -  
DF041733**  
**EMBARGADO : DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADOR : GUSTAVO GERALDO PEREIRA MACHADO E OUTRO(S)  
- DF028367**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. NÃO APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO JULGAMENTO DE RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. RESP 1.336.026/PE. TEMA 880. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.026, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. OMISSÕES E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA.**

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – Inaplicabilidade à hipótese do entendimento firmado pela Primeira Seção desta Corte, em precedente submetido ao rito do art. 1.036 do Código de Processo Civil de 2015 (Tema 880).

III - A fundamentação adotada no acórdão é suficiente para respaldar a conclusão alcançada, pelo que ausente pressuposto a ensejar a oposição de embargos de declaração no tocante às alegadas omissões e contradição.

IV – Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero improvimento dos Embargos de Declaração, sendo necessária a configuração da manifesta improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Embargos de declaração rejeitados.

## **ACÓRDÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por maioria, vencido o Sr. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Gurgel de Faria (Presidente), Benedito Gonçalves e Sérgio Kukina votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora